



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

## SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

75

2º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 28.01.94
C	_____
Rubrica	

Processo no 10850.000606/91-07

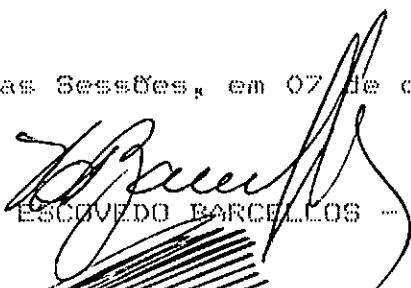
Sessão de: 07 de dezembro de 1993 ACORDÃO no 202-06.217  
Recurso no: 83.957  
Recorrente: AUREO FERREIRA  
Recorrida: DRF EM SÃO JOSE DO RIO PRETO - SP

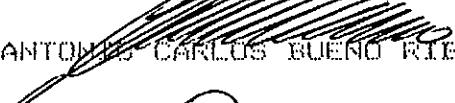
**ITR - LANÇAMENTO** - Verificado nos autos que fundou-se em dados cadastrais não contestados especificamente pelo Recorrente e com observância das normas que regem a matéria é de ser mantido, sendo despicienda a discussão de o imóvel tratar-se de latifúndio ou não, eis que essa situação não interfere diretamente no cálculo do tributo.  
**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AUREO FERREIRA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros TERESA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA e JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 1993.

  
HELVÉCIO ESCRIVADO BARCELLOS - Presidente

  
ANTÔNIO CARLOS BUENO RIBEIRO - Relator

  
GUSTAVO DO AMARAL MARTINS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 06 JAN 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, OSVALDO TANCREDO DE OLIVEIRA, TARASIO CAMPELO BORGES e JOSE CABRAL GAROFANO.



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

## SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 10850.000606/91-07

Recurso nº: 88.957

Acórdão nº: 202-06.217

Recorrente: AUREO FERREIRA

## RELATORIO E VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO

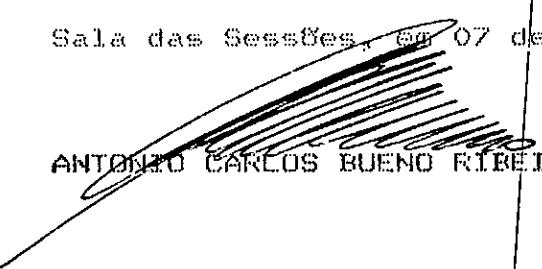
Como resultado da Diligencia nº 202-1.474, decidida na Sessão de 24 de março de 1993, cujo relatório e voto leio para lembrança dos senhores Conselheiros, foi anexado aos autos os documentos de fls. 27/29, os quais dão conta que o Contribuinte não valeu da oportunidade que lhe foi dada para se manifestar sobre as informações constantes na Ficha Cadastro - DP de fls. 21 que resultaram no valor do ITR/90 por ele impugnado.

A análise das referidas informações indica que no cálculo do ITR em exame foram observadas as normas que regem a matéria e, inclusive, concedidas as reduções a que tinha direito, decorrentes do FRU = 45% e do FRE = 43,0%.

Por outro lado, a discussão em torno do imóvel em foco se caracteriza como latifúndio ou não é despicienda, eis que essa situação não interfere diretamente com a determinação do ITR, já que ela visa aos objetivos da política de reforma agrária.

Dai porque nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 1993.

  
ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO